

27º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

António Carlos do Rosário diz que estimativas de receitas da ProIndicus variavam entre 350 milhões e um bilião de dólares por ano

- No terceiro dia de audição de António Carlos do Rosário, as primeiras perguntas do Ministério Público estavam relacionados com o estudo de viabilidade feito no âmbito do projecto de monitoria e protecção da Zona Económica Exclusiva. O reu explicou que foi ele quem liderou a equipa que fez o estudo, e incluía dois quadros da Defesa e Segurança, um ligado a uma empresa de consultoria que opera no País e dois técnicos estrangeiros. Convidado a falar sobre as fontes de receitas do projecto, o reu explicou que para a ProIndicus as principais fontes de receitas eram os serviços de protecção às empresas que operam na Zona Económica Exclusiva e não só.



Algumas embarcações da ProIndicus

“Há operadores que usam infra-estruturas que se encontram na Zona Económica Exclusiva, mas extraem recursos do interior. Estou a falar de empresas que usam linhas férreas e passam por zonas sensíveis que precisam de protecção. Isto para dizer que nós não estavam a olhar só para as petrolíferas, mas também para as empresas de carvão. Na fase de pesquisa e prospecção na Bacia do Rovuma, só a petrolífera Eni pagava 200 mil dólares por dia pelos serviços de segurança. Fizemos contas e vimos que em Angoche teríamos a Exxon Mobil e Rosneft, no Delta do Zambeze teríamos a Eni e outras multinacionais, e mais para o sul teríamos outras. Então, o risco de ter empresas militares privadas a garantir segurança no País era maior. Para a ProIndicus estávamos a olhar para uma receita de seis milhões de dólares por mês por cada operador. As estimativas de receitas indicavam que a ProIndicus teria, na pior das hipóteses, 350 milhões de dólares por ano e, na melhor das hipóteses, cerca de mil milhões de dólares por ano”.

Em relação à EMATUM, António Carlos do Rosário apontou para a pesca do atum e “fauna acompanhante” (espadarte) como a principal fonte de receitas para a empresa. “A informação que tivemos do Instituto de Investigação Pesqueira indicava que a biomassa de atum existente no canal de Moçambique representava até 60% da biomassa existente no mundo. Em Memba e Pebane até os pescadores artesanais conseguem captar o atum. As receitas por ano variavam: Na pior das hipóteses entre 90 e 98 milhões dólares e, na melhor das hipóteses, 200 milhões de dólares. Pescamos atum desde Dezembro de 2014 a finais de 2016. Não estávamos a operar com toda a capacidade instalada e numa primeira fase lançamos cinco embarcações. No primeiro ano tivemos cerca de quatro milhões de dólares com apenas cinco embarcações. No segundo ano, em 2015, conseguimos licenciar mais quatro embarcações e passamos a pescar com nove barcos. Tínhamos 24 barcos para a pesca de atum, mas houve muita sabotagem e isso dificultou o licenciamento das embarcações”.

As fontes de receitas da MAM seriam a construção e reparações navais, logística à indústria de hidrocarbonetos e prestação de serviços de ferro e aço a qualquer operador comercial privado e estatal. “Há clientes que operam em terra e que têm equipamentos cuja estrutura assemelha-se a meios navais. Por exemplo, estruturas metálicas anfíbias, pontes móveis para serem usadas em épocas de cheias ou inundações. Trabalho de logística à indústria de hidrocarbonetos.

À pergunta se quando elaboraram o es-



António Carlos do Rosário

tudo de viabilidade já sabiam que o projecto seria implementado por um veículo chamado ProIndicus, o reu respondeu positivamente. “O estudo de viabilidade foi feito em 2011 e já tínhamos no papel o nome ProIndicus”. Confrontado com o estudo de viabilidade que o Ministério Público recebeu do Ministério das Finanças e do reu Teófilo Nhangumele, o reu António Carlos do Rosário disse que não reconhecia o estudo. “Este é um estudo do projecto de protecção de Zona Económica Exclusiva, mas o estudo que fizemos é do projecto do Sistema Integrado de Monitoria e Protecção (SIMP). Não reconheço este estudo. Eu não sou do Ministério das Finanças e abstenho-me de responder sobre este estudo”. O Ministério Público disse que o único estudo que recebeu era aquele e pediu que o reu apresentasse o seu estudo. “Agora não tenho como entregar o estudo. Não estou em condições, porque o estudo é propriedade do SISE e constitui informação classificada”.

Perguntado quem indicou o Credit Suisse como financiador do projecto, respondeu que foi o então Ministro da Defesa Nacional, Filipe Nyusi, através de uma carta que enviou ao antigo Ministro das Finanças, Manuel Chang, solicitando a assinatura dos termos do acordo de financiamento com o banco. E o Ministério Público fez saber que a resposta do reu é diferente do que consta dos autos: “Teófilo Nhangumele disse que foi Jean Boustani que indicou pelo menos três bancos que estavam dispostos a financiar o projecto. E o reu está aqui a dizer que foi o Minis-

tro da Defesa Nacional. Tem como provar isso?” António Carlos do Rosário respondeu: “Existe a carta do então Ministro da Defesa Nacional dirigida ao Ministro das Finanças indicando que já tinha sido identificado o banco que irá financiar o projecto. Essa carta foi entregue ao Ministério Público, mas estou aqui a ser confrontado com declarações de um reu que disse o que disse para se defender – o que é legítimo da sua parte”.

O Ministério Público leu a carta de 3 de Dezembro de 2012 que Iskandar Safa escreveu para o então Presidente da República Armando Guebuza e que mostra que foi aquele grupo empresarial baseado em Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos) que identificou o banco financiador. Na carta, Iskandar Safa agradece o Estadista moçambicano por ter aceitado, no dia 31 de Dezembro de 2011, a proposta do Privinvest de protecção e monitoria da Zona Económica Exclusiva, e diz ainda que já tinha enviado uma carta ao Ministro das Finanças para o informar que já havia identificado o Credit Suisse como potencial financiador das autoridades moçambicanas. Perguntado se tinha conhecimento da carta, o reu respondeu que era primeira vez que ouvia falar da mesma. “Eu como coordenador do SIMP nunca vi esta carta. É a primeira vez que oiço falar dessa carta”.

A carta de Iskandar Safa dirigida ao então Presidente da República Armando Guebuza foi entregue à Procuradoria-Geral da República por Teófilo Nhangumele. Convidado a pronunciar-se face ao con-

teúdo da mesma tendo presente o seu papel de coordenador do projecto, o reu disse que não sabe como explicar porque não era chefe da pessoa que entregou o documento ao Ministério Público. António Carlos do Rosário disse que sempre esteve claro que os projectos seriam financiados por bancos comerciais internacionais. “Nunca discuti com o Ministro das Finanças a possibilidade de os projectos serem financiados pelo Orçamento de Estado. Nunca fui informado de que os limites orçamentais de endividamento tinham sido

ultrapassados. Os projectos das três empresas tinham uma componente comercial, por isso deviam ser financiados por bancos comerciais”.

Em relação ao orçamento da ProIndicus que passou de 302 milhões para 622 milhões de dólares, o reu disse que o valor sempre foi de 622 milhões de dólares. “Na fase de celebração do contrato de financiamento tivemos que parcelar os valores, sendo que o primeiro foi de 372 milhões e o segundo foi de 250 milhões de dólares. O Credit Suisse não tinha disponíveis

os 622 milhões de dólares para pagar de uma única vez, por isso parcelamos o valor”. Nos autos consta que ao orçamento inicial de 302 milhões de dólares foram acrescidos 50 milhões de dólares, codificados como “50 galinhas da mesma raça”, supostamente destinados para a construção de um instituto de formação do SISE, mais 13 milhões de dólares para a parceria e cooperação entre a ProIndicus e a empresa contratada, e um milhão de dólares cujo propósito não foi revelado. O reu disse que não tem conhecimento dos factos.

António Carlos do Rosário diz que não conhece o papel de Cipriano Mutota no projecto

Enquanto coordenador do projecto SIMP, António Carlos do Rosário disse que não conhece o papel do reu Cipriano Mutota no projecto de monitoria e protecção da Zona Económica Exclusiva. “Ele apenas entregou-me o envelope dizendo que tinha instruções para fazer chegar a mim alguns ‘inputs’. Agora não me lembro em concreto que informação continha. Mas ele não fazia parte da minha equipa”. O reu não comentou as declarações de Teófilo Nhangumele segundo as quais ele tinha feito muito trabalho para o sucesso do projecto, desde 2011.

No dia 25 de Fevereiro de 2013, Nhangumele escreveu uma carta ao então PCA da ProIndicus, Eugénio Henrique Zitha Matlaba, através da qual fazia a entrega dos documentos relevantes do projecto pedia um pagamento de 500 mil dólares em reconhecimento do esforço individual despendido para o sucesso do projecto. O pedido foi chumbado na primeira sessão extraordinária da assembleia-geral da ProIndicus, com o argumento de que a responsabilidade pelo pagamento dos 500 mil dólares não era da empresa, pois esta foi constituída posteriormente ao trabalho feito por Nhangumele. Sobre este assunto, António Carlos do Rosário disse que participou da primeira sessão extraordinária da assembleia-geral da ProIndicus, mas não se lembra de ter sido discutido o pagamento ao Teófilo Nhangumele.

Tendo sido o reu António Carlos do Rosário coordenador do projecto, o Ministério Público perguntou como é que explica que o PCA da ProIndicus tenha solicitado documentos relacionados com o projecto ao



António Carlos do Rosário com o seu advogado Alexandre Chivale

Teófilo Nhangumele, pessoa que, nas palavras do reu, não teve papel no projecto. O reu respondeu dizendo que não tinha explicação. Perguntado se entregou algum documento relacionado com a ProIndicus ao então PCA da empresa, Eugénio Henrique Matlaba, António Carlos do Rosário disse que entregou os documentos necessários para a gestão da empresa.

Nos documentos juntos ao processo, consta que foi Teófilo Nhangumele quem fez a reserva do nome ProIndicus. Sobre o assunto, o reu disse que estava admirado com a situação. “Eu mandatei uma pessoa para tratar do registo da empresa”. António

Carlos do Rosário disse que foi o então Ministro da Defesa Nacional que designou o presidente da mesa de assembleia-geral, o presidente do conselho fiscal e o PCA da ProIndicus. Os administradores foram indicados pelo então Director –geral do SISE (Gregório Leão) e pelo então Ministro do Interior (Alberto Mondlane). “Não sei dizer qual foi o critério para a indicação dos titulares dos órgãos sociais da ProIndicus. Mas os cargos de PCA eram rotativos”. O reu disse ainda que foi Filipe Nyusi quem anunciou a cessação de funções de Eugénio Henrique Matlaba do cargo de PCA da ProIndicus e indicou António Carlos do Rosário.

**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PROGRAMMATIC PARTNER



FINANCING PARTNERS

